

## Relatório Final

Petição n.º 562/XIII/4.ª

**Relator: Deputado  
José Rui Cruz (PS)**

**1.º Peticionário: Paulo  
Martins de Almeida**

N.º de assinaturas:  
4.715

## ÍNDICE

- I. Nota Prévia
- II. Objeto da Petição
- III. Análise da Petição
- IV. Diligências Efetuadas
- V. Conclusões e Parecer

## **I – Nota Prévia**

A petição 562/XIII/4.<sup>a</sup>, cujo primeiro peticionário é Paulo Martins de Almeida, com 4.715 assinaturas, deu entrada na Assembleia da República em 15 de novembro de 2018, tendo baixado à Comissão Parlamentar de Economia, Inovação e Obras Públicas em 27 de novembro de 2018.

Na reunião ordinária da Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas de 12 de dezembro de 2018, após apreciação da respetiva nota de admissibilidade, a Petição foi admitida por unanimidade e nomeado relator o Deputado signatário.

## **II – Objecto da Petição**

Os peticionários começam por descrever a Estrada Nacional 225 como uma via de ligação com grande importância local, regional e nacional.

Entendem que esta estrada é fundamental para o desenvolvimento económico do território, nomeadamente o desenvolvimento turístico e a fixação de pessoas.

Os peticionários informam que esta estrada está cada vez com mais tráfego, acentuado, atualmente, com a procura dos Passadiços do Paiva.

Consideram ainda que o troço que liga a Vila de Castro Daire até ao Concelho de Arouca apresenta um elevado nível de deterioração.

Nestes termos, entendem que é necessária e urgente uma intervenção nesta via para incluir os elementos indispensáveis à circulação numa via com elevado tráfego.

### **III – Análise da Petição**

Estão preenchidos os requisitos formais e de tramitação previstos nos artigos 9.º e 17.º da Lei n.º 43/90, de 10 de agosto.

### **IV – Diligências efectuadas**

#### **a) Audição de Peticionários**

Procedeu-se à audição do 1.ºs Peticionários, Paulo Martins de Almeida, (Presidente da Câmara Municipal de Castro Daire) e Paulo Almeida, (Comandante dos Bombeiros Voluntários de Castro Daire), no dia 16 de abril de 2019, pelas 14:00 horas.

Estiveram presentes os Srs. Deputados José Rui Cruz (PS), relator, Pedro Alves (PSD), Heitor de Sousa e Fernando Barbosa (BE), e Bruno Dias (PCP).

Conforme consta do relatório da audição, que ora se reproduz:

“Os peticionários reiteraram o estado em que se encontra a EN225, que causa transtornos há muitos anos, sendo muito reclamada a intervenção para a sua requalificação. Destacaram a importância regional e nacional desta estrada, muito atravessada por autocarros com turistas para o concelho vizinho, para os passadiços do Paiva, e muito usada por transportes escolares.

Entregaram documentação ilustrativa do estado da EN225 e realçaram que, não havendo condições para as pessoas se fixarem, passa a haver menos pessoas na região e, logo, menos vontade de resolver os problemas, o que tem implicações ao nível do desenvolvimento do interior. Alertaram para a sinuosidade da estrada, a existência de ravinas, supressões do pavimento,

abatimento do piso e queda de barreiras, tendo entregado documento ilustrativo das situações.

O Comandante dos Bombeiros Voluntários de Castro Daire frisou o impacto do estado da EN225 no socorro que prestam à população, principalmente à das zonas mais afastadas do centro do concelho, e da conseqüente demora na chegada à unidade de saúde, informando que o documento entregue faz também referência a este tipo de situações.

Os peticionários concluíram, referindo que não solicitavam qualquer intervenção extraordinária, apenas a criação de condições de segurança da via, a sua requalificação e, num ou noutro local, o seu alargamento, para que pudessem passar dois carros em simultâneo. Afirmaram que o custo da intervenção solicitada rondaria os 4 milhões de euros, fizeram o contraponto com os valores para apoio à redução tarifária dos transportes públicos em Lisboa e no Porto e alertaram para a necessidade de se olhar para o interior e criar condições para resolução deste problema.

Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Alves (PSD), que cumprimentou os peticionários e referiu que o PSD acompanhava esta matéria com bastante preocupação e proximidade. Referiu os planos de proximidade aprovados pelo anterior Governo, que previam a intervenção nesta via, a iniciar-se em 2016. Questionou se a câmara municipal já tinha reunido com o Governo para discutir este assunto, se tinha havido algum compromisso por parte do Governo e se já tinham reunido com a Infraestruturas de Portugal. Afirmou que o estado em que a estrada se encontrava aumentava a exposição das pessoas a riscos e eventuais acidentes, tendo questionado sobre tempo de resposta a emergência noutros locais servidos pela EN225. Expressou preocupação com exigência de mais compromisso do Governo, porque, afirmou, no dia anterior tinha ficado a saber-se que haveria uma redução de investimentos públicos, anunciada pelo

---

Ministro das Finanças e reiterou que o PSD mantinha o compromisso de colocar e manter esta preocupação na primeira linha do combate político.

Por sua vez, o Senhor Deputado Fernando Barbosa (BE), após cumprimentar os peticionários, afirmou que não podia deixar passar em branco a responsabilidade dos Governos anteriores no estado desta estrada, que investiram muito em autoestradas e declinaram a manutenção destas vias. Referiu a transferência de algumas competências para os municípios e questionou se Castro Daire tinha aceitado essa transferência no que tocava às estradas e, em caso afirmativo, se já tinha diligenciado para que a estrada fosse reparada antes de passar para a esfera da câmara municipal.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) cumprimentou os peticionários e agradeceu a documentação e a partilha dos alertas que fizeram, que levava mais longe o que já constava da petição. Referiu o acompanhamento do tema pelos grupos parlamentares bem como o projeto de resolução que o PCP apresentou sobre o assunto e dos apresentados por outros grupos parlamentares. Defendeu que o estado de degradação e perigo desta estrada não se tinha iniciado há 4, 5 ou 6 anos e que o problema vinha de tão longe que, quando durante o processo de discussão e aprovação do Orçamento do Estado se votava o PIDDAC, que traduzia os investimentos concretos, já o PCP apresentava propostas para reforço da verba destinada à requalificação da EN 225. Valorizou a luta das populações a respeito desta causa e considerou justa a reivindicação, tendo questionado que diálogo e resposta tinha havido por parte da Infraestruturas de Portugal e do ministério da tutela nesta matéria.

---

Antes de passar a palavra aos peticionários, o Senhor Deputado José Rui Cruz (PS), relator da petição, realçou a intervenção cívica dos peticionários, lembrou que o problema não tinha surgido na presente legislatura, mas cada dia se agravava mais, e que nas últimas décadas tinha havido a construção de uma rede de autoestradas e eixos principais, tendo ficado esquecidas as estradas que fazem a ligação a esses eixos principais. Afirmou que o PS estava sensível para esta situação, que irá continuar a acompanhar. Questionou sobre o ponto de situação do contacto dos peticionários com a Infraestruturas de Portugal.

Tornou a usar da palavra o Comandante dos Bombeiros de Castro Daire, para responder que os tempos de socorro no concelho são muito elevados quando a emergência é numa das “pontas” do concelho, chegando a 3h ou 3h30m, caso a evacuação não se faça por via aérea. Esclareceram que, por exemplo, no inverno não podem ir a Cinfães, que fica mais perto, por causa da neve ou do gelo.

O Presidente da Câmara Municipal de Castro Daire informou que tinha tomado um conjunto de diligências antes de iniciar a recolha de assinaturas para a petição, tinha reunido com a Infraestruturas de Portugal e tinha percebido que não estava prevista qualquer atuação. Fez também referência a uma reunião na Comunidade Intermunicipal de Viseu Dão Lafões com o Ministro da tutela e o Presidente das Infraestruturas de Portugal, na qual entregaram um dossier sobre o assunto e até agora não tinham recebido resposta. Afirmou que a população também já estava descrente na resolução deste problema e lembrou que em 2014/2015 tinha sido criada uma expectativa de que a obra se iniciaria em 2016/2017 e nada disso tinha acontecido.

Informou também que a Câmara Municipal de Castro Daire tinha votado contra a aceitação da descentralização de competências e o que era transferido era apenas a gestão, em termos de licenciamentos, não contemplando a manutenção e reparação das estradas nacionais. Afirmou que entendia que,

quando geria algo, tinha de garantir a sua conservação, pelo que ficava preocupado com a passagem de responsabilidade para as câmaras em 2021, tendo defendido que era importante ser esclarecido o que era abrangido pela transferência de competências.

Concluiu, fazendo referência às iniciativas apresentadas sobre esta matéria e defendendo que o PS deveria demonstrar o seu empenho no assunto apresentando a sua própria iniciativa.

Finalmente, o relator concluiu, agradecendo aos peticionários e informando-os dos trâmites subsequentes na apreciação da petição.”.

**Link da audição:**

[http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/4SL/COM/06\\_CEIOP/CEIOP\\_AP/CEIO\\_P\\_AP\\_20190416.mp3](http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/4SL/COM/06_CEIOP/CEIOP_AP/CEIO_P_AP_20190416.mp3)

**V - Conclusões e Parecer**

Por tudo o exposto, a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas emite as seguintes conclusões e parecer:

1. O objeto da petição é claro e está bem especificado, encontrando-se devidamente identificados os peticionários. Acresce que, encontram-se preenchidos os demais requisitos formais e de tramitação previstos no artigo 9.º e 17.º da Lei de Exercício do Direito de Petição.
2. Face ao número de subscritores (4.715) é obrigatória a apreciação da presente petição em Plenário – cfr. artigo 24.º, n.º 1, alínea a) da LDP – e respetiva publicação em Diário da Assembleia da República – cfr. artigo 26.º, n.º 1, alínea a).
3. Nos termos do artigo 17º, n.º 11 da LDP, o presente Relatório deverá ser remetido ao Sr. Presidente da Assembleia da República.



- 
4. Ao abrigo do artigo 19.º da LDP deverá a Comissão remeter cópia da petição e deste relatório a sua Excelência o Ministro das Infraestruturas e da Habitação, aos Grupos Parlamentares e aos peticionários.

Palácio de S. Bento, 29 de maio de 2019.

**O Deputado Relator**



(José Rui Cruz)

**O Presidente da Comissão**



(Hélder Amaral)